



A INTERCOMUNICAÇÃO ENTRE ALUNOS SURDOS E OUVINTES NO AMBIENTE ESCOLAR MEDIANTE O USO DE DIFERENTES LINGUAGENS.

Otovanilda Umbelina de Carvalho Góis; Raiane Karla da Silva; Mayza Barbosa Duarte da Costa; Edna Machado Silva; Olga Matilde Borges Correia De Albuquerque.

Universidade Católica de Pernambuco

mcmotta@unicap.com

Introdução

A linguagem é um instrumento facilitador de aproximação entre as pessoas desde os mais primórdios dos tempos, quer seja de forma oral, simbólica, escrita ou gesto-visual. Vigotsky compreende que sem linguagem o ser humano não é social, nem histórico, nem cultural. Assim, para Vigotsky, a linguagem (verbal, gestual e escrita) é nosso instrumento de relação com os outros e, por isso, é importantíssima na nossa constituição como sujeitos. Além disso, é através da linguagem que aprendemos a pensar (Ribeiro, 2005).

Ao falar sobre a importância da linguagem, Lacerda (2006) afirma ser esta uma questão fundamental, pois, sem ela, as relações mais aprofundadas são impossíveis, não se pode falar de sentimentos, de emoções, de dúvidas, de pontos de vista diversos. Percebe-se, assim, que a capacidade de comunicação linguística pode ser considerada como um dos principais responsáveis pelo processo de desenvolvimento da pessoa no desempenho de seu papel e integração sociais.

A comunicação é fator preponderante para que haja troca de experiências, conhecimentos, valores, culturas, integração do sujeito em seus diferentes espaços, contribuindo para uma participação social plena, como recomenda Freire (1987 p.78) ao afirmar que “o diálogo é este encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu”.

Para tanto, é preciso que se preserve e garanta o direito à fala, de modo que o diálogo verbal e gesto-visual seja o elo nas inter-relações humanas, sobretudo entre surdos e ouvintes,



sendo também um instrumento de significação e um ato de humanização na luta contra a opressão e a discriminação, afinal o diálogo é uma exigência do existir como salienta Freire:

É preciso primeiro que, os que assim encontram negados no direito primordial de dizer a palavra, reconquistem esse direito, proibindo que este assalto desumanizante continue. Se é dizendo a palavra com que, “pronunciando” o mundo, os homens o transformam, o diálogo se impõe como caminho pelo qual os homens ganham significação enquanto homens. Por isto, o diálogo é uma exigência existencial”. (FREIRE, 1987, p. 78 -79).

Sendo assim, é preciso que seja preservado o diálogo entre todos, considerando as dificuldades e habilidades existentes nas inter-relações humanas ao mesmo tempo em que se facilite a aproximação apesar das diferenças linguísticas.

Lacerda (2006) aponta que o movimento da chamada educação inclusiva, que emerge apoiado pela Declaração de Salamanca (1994), defende o compromisso que a escola deve assumir de educar cada estudante, contemplando a pedagogia da diversidade.

A inclusão de surdos no ensino regular baseia-se em aspectos legais fundamentados especialmente na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases (9394/96). A primeira assegura, no artigo 208, um Atendimento Educacional Especializado (AEE) aos alunos com necessidades especiais que devem ter atendimento preferencialmente nas escolas regulares. A LDB, por sua vez, foi um documento indispensável para propiciar aos alunos com necessidades especiais a garantia legal para a oferta e recebimento de um atendimento educacional especializado (AEE).

A legislação educacional, por meio da Lei nº 10.098 de 2000, prevê que o Poder Público deve tomar providência no sentido de eliminar as barreiras de comunicação, para garantir aos surdos o acesso à informação, à educação, incluindo a formação de intérpretes da língua brasileira de sinais. (BRASIL, 2000).

O Conselho Estadual de Educação de Pernambuco fixa normas relativas ao capítulo 5º artigo 58, 59, 60 LDB 9394 de 20/12/96, no que se refere a alunos com necessidades especiais. Parágrafo 3º - Deverá ser garantido aos alunos surdos o aprendizado formal na Língua Brasileira de Sinais, sendo assegurado na sala de aula intérprete ou professor bilíngue (Português e LIBRAS).

Porém, atualmente, observa-se que, apesar das leis acima mencionadas, grande parte dos professores e das escolas não está preparada para receber alunos surdos. Souza e Góes (1999) afirmam que o processo de inclusão do aluno surdo vem sendo acompanhado por professores e profissionais que desconhecem a língua de sinais e as condições bilíngues do



surdo, razão pela qual os professores tendem a considerar-se despreparados para atuar com essa população.

Nesse sentido, a prática da inclusão no Brasil, e mais especificamente no âmbito escolar, ainda enfrenta algumas barreiras e se apresenta com lacunas gritantes quando o quesito é a inter-relação e intercomunicação entre surdos e ouvintes. Há uma carência tanto nos recursos de aprendizagem quanto em posturas facilitadoras de diálogo e aproximação, corroborando para o distanciamento, o isolamento e, conseqüentemente, em segregações grupais, onde a língua falada se configura muito mais em distanciamento e a inclusão é revestida de exclusão.

Dessa forma, a instituição escolar até pode ser integrada, entretanto isso não significa inclusão, ao contrário, o interior da escola é percebido como palco de um *apartheid* linguístico e relacional entre surdos e ouvintes. Nesse processo, a exclusão, como vilã protagonista impiedosa que é, furta e devora a exigência existencial do dizer, do relacionar-se com o outro, caracterizando o processo de exclusão maquiado sob a égide da inclusão, segundo a qual surdos precisam aprender uma segunda língua enquanto ouvintes se restringem ao seu mundo linguístico oralizado. Esse processo é definido por Skliar (1998) como inclusão excludente, ou seja, uma forma a partir da qual parece que grupos de surdos são considerados dentro de um sistema plural, democrático, porém, dentro da escola é praticada a exclusão.

Segundo Quadros (2006, p.15), a Língua de Sinais Brasileira – Língua que é o meio e o fim da interação social, cultural e científica da comunidade surda brasileira, é uma língua visual-espacial. A autora ainda defende que as línguas de sinais são, portanto, consideradas pela linguística como línguas naturais ou como um sistema linguístico legítimo, e não como um problema do surdo ou como uma patologia da linguagem. Logo, tanto surdos como ouvintes aprenderem as duas línguas é o primeiro passo para que haja inclusão comunicacional entre os mesmos.

Para melhor definir a importância da Língua de Sinais para a comunidade surda, Pacheco, Estruc, e Estruc (2008, p. 08) apontam:

LIBRAS ou Língua Brasileira de Sinais, é a língua materna dos surdos brasileiros e, como tal, poderá ser aprendida por qualquer pessoa interessada pela comunicação com essa comunidade. Como língua, esta é composta de todos os componentes pertinentes às línguas orais, como gramática semântica, pragmática sintaxe e outros elementos, preenchendo, assim, os requisitos científicos para ser considerada instrumental linguístico de poder e força. Possui todos os elementos classificatórios identificáveis de uma língua e demanda de prática para seu aprendizado, como qualquer outra língua. Foi na década de 60 que as línguas de sinais foram estudadas



e analisadas, passando então a ocupar um status de língua. É uma língua viva e autônoma, reconhecida pela linguística.

É preciso, portanto, encarar a educação inclusiva com um olhar mais solidário que ultrapasse os fins didáticos da aprendizagem escolar, imbuindo-se de um pensar que considere a educação como um bem social, segundo a qual surdos e ouvintes são tratados como iguais ao mesmo tempo em que são respeitados em suas especificidades.

Ainda que a atuação de intérpretes da Língua Brasileira de Sinais seja um instrumento essencialmente necessário no dia a dia da vivência escolar, é uma prática que não abrange a inter-relação do surdo com seu colega ouvinte, visto ser impossível o atendimento individualizado em todo o tempo.

Há um empenho para que o surdo aprenda a língua portuguesa, todavia não se verifica o mesmo esforço para que ouvintes se apoderem da Língua Brasileira de Sinais, a qual é reconhecida e constituída, oficialmente, como a segunda língua do país. Fica, portanto, o desafio para que políticas públicas sejam desenvolvidas e incentivem seus patrícios a praticá-la como ato de cidadania.

Como bem fundamenta Lacerda (2006 p. 181):

A experiência de inclusão parece ser muito benéfica para os alunos ouvintes que têm a oportunidade de conviver com a diferença, que podem melhor elaborar seus conceitos sobre a surdez, a língua de sinais e a comunidade surda, desenvolvendo-se como cidadãos menos preconceituosos. Todavia, o custo dessa aprendizagem/elaboração não pode ser a restrição de desenvolvimento do aluno surdo. Será necessário pensar formas de convivência entre crianças surdas e ouvintes, que tragam benefícios efetivos para ambos os grupos.

Em consonância com esse pensamento, Lacerda (2006), ao falar sobre a realidade brasileira de inclusão dos surdos, frisa que:

As leis (10.436, 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a língua de sinais brasileira, e mais recentemente o Decreto 5626/05, que regulamenta as leis 10.098/94 e 10.436/02 e orienta ações para o atendimento à pessoa surda) não têm sido observadas em muitas instituições escolares. (LACERDA, 2006, p. 175)

Em uma pesquisa, Lacerda constatou que a relação do aluno surdo com os demais se limita a trocas de informações básicas, que são enganosamente “imaginadas por todos” como satisfatórias e adequadas, levando-o a perceber que quem vivencia essa experiência de inclusão precisaria conhecer algo diverso, conhecer melhor a surdez e sua realidade, de modo a refletir sobre o que têm vivido.



Perante essa realidade, atuando como bolsistas do PIBID/UNICAP/PEDAGOGIA em uma escola integrada e dita inclusiva percebemos, nas salas de aula, a falta de comunicação entre os alunos, ficando evidenciada certa segregação entre os alunos ouvintes e surdos.

A partir daí, desenvolvemos ações com base na observação e diálogo com discentes, professores e intérpretes a respeito da inter-relação entre surdos e ouvintes na instituição, constatando a necessidade de projetos de intervenção. Inicialmente desenvolvemos o projeto “Linguagem cinematográfica como palco de reflexão crítica: um novo olhar sobre a educação e seus atores sociais” no qual refletimos com os envolvidos sobre as dificuldades da realidade escolar, os desafios e projeções de futuro.

Concomitante a este, desenvolvemos os subprojetos “Interlinguagens: leituras de mundo” e “Comunicação: expressões de diferentes linguagens” refletindo acerca das várias compreensões de mundo e os desafios que envolvem surdos e ouvintes. Todos os projetos foram desenvolvidos de forma interdisciplinar, envolvendo as áreas de Letras, Matemática e Pedagogia.

No decorrer de tais projetos, no período do ano de 2015, verificamos que a relação entre surdos e ouvintes na escola enfrentava muitas dificuldades, havendo na verdade uma segregação de grupos, devido à falta de comunicação e conhecimento da Língua de Sinais. Realidade semelhante ao que destaca Lacerda (2006, p. 177):

O aluno surdo é usuário de uma língua que nenhum companheiro ou professor efetivamente conhece. Ele é um estrangeiro que tem acesso aos conhecimentos de um modo diverso dos demais e se mantém isolado do grupo (ainda que existam contatos e um relacionamento amigável).

E acrescenta ainda que:

O aluno surdo, apesar de presente (fisicamente), não é considerado em muitos aspectos e se cria uma falsa imagem de que a inclusão é um sucesso. A não partilha de uma língua comum impede a participação em eventos discursivos que são fundamentais para a constituição plena dos sujeitos. (LACERDA, 2006, p. 181)

Situação semelhante à constatada por Lacerda, foi verificada, também, por Borges (2004), em pesquisa realizada com estudantes de Ensino Médio, na qual uma das dificuldades encontradas foi a falta de comunicação com os ouvintes (colegas e professores). O resultado apontou a divulgação da Língua de Sinais para a comunidade escolar como uma das principais ações para atender suas necessidades.

Com tal preocupação, objetivando estreitar cada vez mais essa relação entre surdos e ouvintes, a fim de proporcionar uma maior inter-relação entre os estudantes, estimulando-os a



uma nova postura comportamental no que diz respeito à prática da inclusão social em seus diferentes contextos, demos continuidade ao desenvolvimento do projeto em ação-reflexão-ação interdisciplinar entre as áreas de Letras, Matemática e Pedagogia, com uma perspectiva mais direcionada à demanda constatada: “Linguagem cinematográfica e musical como palco de reflexão crítica: a intercomunicação entre surdos e ouvintes em seus diferentes contextos sociais”, de modo a contemplar a conscientização do cuidado de si, do outro e do mundo que nos cerca.

Para evidenciar a importância de se trabalhar a interdisciplinaridade no processo de ensino como facilitadora da aprendizagem, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), salientam que o trabalho interdisciplinar precisa “partir da necessidade sentida pelas escolas, professores e alunos de explicar, compreender, intervir, mudar, prever, algo que desafia uma disciplina isolada e atrai a atenção de mais de um olhar, talvez vários” (BRASIL, 1999, p. 88-89).

Buscou-se facilitar o acesso à informação, o uso de recursos adequados – como legenda, estímulos adequados, ampliação dos campos sociopolíticos, bem como as diferentes áreas do saber e, principalmente, o reconhecimento da importância da comunicação entre surdos e ouvintes, a fim de proporcionar uma maior interação entre os mesmos e a reflexão crítica no que diz respeito à integração e inclusão dos sujeitos.

Um dos objetivos dos Parâmetros Curriculares Nacionais é “contribuir para que os educandos sejam capazes de posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas”.

De acordo com Freire (1980, p. 25), “quanto mais o homem refletir sobre a realidade, sobre a sua situação concreta, mas emerge plenamente consciente, comprometido, pronto a intervir na realidade para mudá-la”. Nesse sentido, uma das formas para efetivação desse processo foi a utilização da linguagem cinematográfica e musical, por serem instrumentos facilitadores no desenvolvimento da intercomunicação, afinal música é som, é vibração, é movimento, é intenção, é expressão, é vida. E os surdos precisam ser incluídos também nesse universo, sendo consideradas suas peculiaridades, como aponta Sá:

A música é uma forma de arte importantíssima dado o que representa para a história da humanidade. Os surdos precisam compreender que ela sempre foi, e ainda é usada nas reuniões sociais, nos esportes, nas guerras, na busca espiritual, no lazer, na manifestação de sentimentos, enfim, que sempre foi um poderoso instrumento de comunicação (SÁ, 2010, p. 09)



A música, mais do que qualquer outra arte, tem uma representação neuropsicológica extensa, com acesso direto à afetividade, controle de impulsos, emoções e motivação.

Assim, à semelhança da linguagem falada, a música envolve diferentes entonações, ritmos, andamentos e contornos melódicos. É considerada uma arte que se utiliza da linguagem para a comunicação e expressão (CUERVO, 2011).

Além disso, a música é descrita como tendo um papel envolvente na vida das pessoas, podendo causar aproximação e atração entre indivíduos melhorando assim sua socialização (TEKMAN e HORTAÇSU, 2002; BAKAGIANNIS e TARRANT, 2006).

Nessa perspectiva, a experiência aqui relatada teve como objetivo geral o de criar condições, através da linguagem cinematográfica, musical e gesto-visual, para facilitar a comunicação entre surdos e ouvintes, a fim de proporcionar uma maior inter-relação entre os estudantes estimulando-os a uma nova postura comportamental no que diz respeito à prática da inclusão social em seus diferentes contextos.

Metodologia

O projeto envolveu 100 estudantes, entre os quais, 50 surdos e 50 ouvintes, em uma escola de referência da Rede estadual de ensino de Pernambuco, localizada na região metropolitana do Recife. A escola tem a sua localização central e é diferenciada de outras, no que se refere à heterogeneidade social, de cultura, religião e raças. A instituição oferece um ensino inclusivo, sua estrutura é desenvolvida para atender a Educação Especial (turmas para deficientes auditivos); Educação Básica (Ensino Fundamental e Médio) e a Educação de Jovens e Adultos – EJA.

A partir do projeto “Linguagem cinematográfica e musical como palco de reflexão crítica: a intercomunicação entre surdos e ouvintes em seus diferentes contextos sociais”, conversamos com 8 professores a fim de compreender como enxergavam a inclusão na escola e a relação entre surdos e ouvintes.

Também realizamos diálogo e dinâmica de grupo com os alunos, a fim de verificar junto aos discentes como se dá a relação entre surdos e ouvintes no interior da escola, quais as dificuldades que enfrentam e quais os desafios que envolvem a inclusão social e a inter-relação entre os mesmos, desde a sala de aula até a vida cotidiana fora da escola. Nessa dinâmica, os alunos surdos e ouvintes foram separados e postos em duas fileiras, de modo que um ficasse de frente para o outro e, sob um som musical, um ia reproduzindo o movimento do

outro. Ora o ouvinte era o regente e o surdo o repetidor, ora o surdo regia e o ouvinte repetia. A música foi utilizada como forma de expressão, aproximação e instrumento facilitador da inter-relação entre surdos e ouvintes.

Em seguida, foi pedido que compartilhassem seus gostos e preferências do dia a dia e, por fim, que destacassem uma qualidade do outro. Para encerrar, foi feita a socialização sobre a experiência, momento em que os estudantes puderam perceber e constatar que na verdade não havia inter-relação entre eles e que precisavam adotar uma nova postura. Sendo apontado como maior necessidade o conhecimento da Língua de Sinais por todos os envolvidos diretos da escola.

A culminância do projeto se deu no Auditório do Centro de Ciências Humanas da UNICAP, com as presenças de estudantes surdos e ouvintes, intérpretes, bolsistas, supervisores e coordenadores do PIBID/UNICAP das áreas de Letras, Matemática e Pedagogia, com o uso da linguagem cinematográfica e musical vivenciada com a efusiva participação de todos.

Nesse encontro, como era uma atividade interdisciplinar, houve momentos para as três licenciaturas, primeiro, os pibidianos de Letras contaram a história da música na literatura e explicaram as diferenças entre soneto, prosa e verso. Em segundo, os pibidianos de Matemática contaram como é a relação entre a música e a matemática, expondo a história desde a Grécia Antiga com Pitágoras, o qual fez descobertas muito importantes para a matemática e para a música, entre elas a de que uma corda esticada, presa nas suas extremidades, quando a tocamos, ela vibra, fazendo com que saia o som, a nota Dó e depois dividiu essa corda em 3 partes, cujo resultado foi a nota Sol, observando assim, que essas notas tinha harmonia, então o procedimento foi repetindo-se, dando origem à escala musical. Em terceiro e último lugar, foi a vez das pibidianas de Pedagogia, as quais compartilharam a experiência vivenciada na escola e a importância da relação harmônica entre surdos e ouvintes, fazendo um paralelo com a harmonia musical, lançando o desafio para um engajamento maior na efetivação de uma prática inclusiva verdadeira e igualitária nos mais variados contextos.

Resultados e discussão

Encontramos relatos dos estudantes dissociados do que observamos no decorrer dos projetos realizados, ou seja, a maioria dos alunos ouvintes relatou que não havia dificuldades nessa relação interpessoal na sala de aula e que, na comunicação entre surdos e ouvintes, não



havia barreiras, quando na verdade a segregação é explícita. Indo de encontro aos pressupostos teóricos que tomamos como base, entre eles, a pesquisa feita por Lacerda (2006), na qual constatou que a relação do aluno surdo com os demais se limita a trocas de informações básicas, que são enganosamente “imaginadas por todos” como satisfatórias e adequadas.

Muitos professores, em diálogo entre as atividades, apontaram que a maioria dos estudantes surdos é aplicada e se destaca no rendimento escolar. Entretanto, no que diz respeito à intercomunicação entre professor e estudante surdo, todos os docentes afirmaram depender do intérprete e apenas dois desses professores conseguem comunicar-se, muito superficialmente, através de poucos sinais de LIBRAS e mímicas.

Todos os docentes ouvidos admitiram que há uma segregação linguística, separando surdos e ouvintes, entretanto não possuem condições técnicas para intervir, até porque eles mesmos são desejosos de uma aproximação maior, todavia desconhecem a Língua de Sinais.

A percepção de que cada pessoa tem suas necessidades e particularidades e que estas não podem servir de empecilho nas relações humanas foi explicitamente refletida e compreendida pelos envolvidos. Ficou o entendimento de que a inter-relação se dá pela comunicação no encontro com o outro, mediatizados pelo respeito e pelo direito do dizer, e que o ambiente escolar é o espaço propício para discussão e aceitação das diferenças.

Houve também o reconhecimento de que a comunidade escolar pode e deve contribuir para a conscientização e reflexão mais aguçada a respeito dos aspectos que envolvem as demandas e dificuldades da integração e inclusão social, sobretudo as barreiras que dificultam a intercomunicação entre surdos e ouvintes.

A partir de relatos orais e gesto-visual dos alunos nas atividades, ficou evidente a necessidade da implementação de LIBRAS no currículo escolar dos ouvintes, com o entendimento de que a Língua de Sinais não é uma patologia do surdo, mas uma necessidade social solidária e, também, que a música é um instrumento facilitador da aproximação e da socialização entre os indivíduos nesse processo, como afirma a literatura estudada.

O projeto desenvolvido na instituição fez com que a escola se movimentasse, realizando primeiramente capacitações para professores a fim de refletir sobre LIBRAS e a realidade dos discentes da escola, bem como suas dificuldades e práticas docentes. Além disso, o projeto foi selecionado para apresentação em banner, no “Seminário de Boas Práticas do Pacto Pela

Educação de Pernambuco”, realizado com o objetivo de integrar os gestores de escola e a equipe técnica das Regionais Recife Norte e Recife Sul, de modo a proporcionar a troca de experiências sobre Gestão Educacional.

Conclusões

Reconhecemos que a experiência vivenciada contribuiu significativamente para a formação profissional das bolsistas envolvidas, bem como para a percepção crítica dos discentes a respeito da inclusão social, contribuindo para uma nova postura destes. Refletir acerca da intercomunicação entre surdos e ouvintes nos proporcionou a oportunidade de sonhar, lançar sementes e desafios diante das demandas que envolvem a inclusão social em seus diferentes contextos.

O projeto contribuiu para uma reflexão clareada por princípios de aceitação mútua, considerando a escola como um espaço potencializador de discussões e questionamentos de uma forma horizontalizada, na qual os estudantes são sujeitos ativos na constituição de uma melhor qualidade de vida e autonomia em seu cotidiano e surdos e ouvintes podem relacionar-se uns com os outros em integralidade.

Apesar da compreensão da necessidade da inclusão social no ambiente escolar nos dias atuais, lamentavelmente sua efetivação não é concretizada em sua totalidade - como o é na teoria das políticas públicas e pedagógicas de ensino. Não basta oferecer educação para todos, tampouco escola integrada; outrossim é necessário que as instituições pensem, de fato, suas necessidades com equidade e atuem em seu interior como palco de reflexão crítica e aceitação das diferenças e especificidades, de modo que a língua não seja um empecilho, mas um elo entre surdos e ouvintes.

Dessa maneira, é de fundamental importância que se reflita a necessidade urgente da implementação da Língua de Sinais no currículo dos ouvintes, pois, para que haja uma inter-relação, não basta o surdo compreender a língua portuguesa, é preciso que o ouvinte também saiba como falar com o surdo e ambos se compreendam através da linguagem gesto-visual.

A melhoria da comunicação entre surdos e ouvintes não foi uma benfeitoria apenas para esse grupo específico, toda a comunidade escolar foi impactada em um sentido holístico, tanto no que se refere ao aspecto cognitivo intelectual, quanto no sentido de ser humano. A partir da implantação e implementação desse projeto, houve grandes avanços, tais como: o estímulo para uma formação dos docentes e discentes na Língua de Sinais, maior entendimento, por

parte dos professores, alunos e gestão a respeito das peculiaridades que envolvem o processo de ensino aprendizagem do estudante surdo e sua relação com o ouvinte.

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Diretrizes nacionais para educação especial na educação básica**. Brasília: Secretaria de Educação Especial – MEC – SEESP, 1998.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação: Lei nº 9.394/96** – 24 de dez. 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1998.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio**. Brasília: Ministério da Educação, 1999.

_____. **Lei 10.098, de 19 de Dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, 2000.

BORGES, A. R. **A inclusão de alunos surdos na escola regular**. Rio de Janeiro: Revista Espaço, v. 21, p. 63-68, 2004.

CUERVO, L. **Articulações entre Música, Educação e Neurociências: ideias para o Ensino Superior**. IN: 7 SIMCAM – Simpósio de Cognição e Artes Musicais. Brasília: UNB, 2011.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação**. 3 ed. São Paulo: Moraes, 1980.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 17^a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência**. Campinas: Cad. Cedes, vol. 26, n. 69, p. 163-184, maio/ago. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v26n69/a04v2669.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2016.

PACHECO, Jonas; ESTRUC, Eduardo; ESTRUC, Ricardo. **Curso Básico de Libras (Língua Brasileira De Sinais)**. V.8.08, 2008. p.01-53.

QUADROS, R. M e KARNOPP, L.B. **de Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.

RABELLO, E.T. e PASSOS, J. S. **Vygotsky e o desenvolvimento humano**. Disponível em: <http://www.josesilveira.com/artigos/vygotsky.pdf> . Acesso em: 30 jul. 2016.



RIBEIRO, A. M. **Curso de Formação Profissional em Educação Infantil**. Rio de Janeiro: EPSJV, Creche Fiocruz, 2005.

SÁ, Nídia Regina Limeira de. **Os surdos, a música e a educação**. Amazonas: UFAM, Faculdade de Educação, 2010. Disponível em: <http://goo.gl/J3P6h9>. Acesso em: 18 mai. 2016.

SOUZA, R. M.; GÓES, M. C. R. **O ensino para surdos na escola inclusiva**: considerações sobre o excludente contexto da inclusão. In SKLIAR, C. (Org.). Atualidade da educação bilíngue para surdos. 1. ed. Porto Alegre: Mediação, v. 1, 1999. p. 163-188.

TEKMAN, H. G. e HORTAÇSU, N. Music and social identity: stylistic identification as a response to musical style. *International Journal of Psychology*, 37(5): 227-285, 2002 in WEIGSDING, Jessica Adriane; BARBOSA, Carmem Patrícia. **A influência da música no comportamento humano**. Arquivos do MUDI, v 18, n 2, p 47-62. Disponível em: <http://goo.gl/mAI8Xy>. Acesso em: 05 mai. 2016.

